

RESÍDUOS SÓLIDOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Uma Contribuição para o Gerenciamento no Estado da Paraíba.

Maria Edelcides Gondim de Vasconcelos

Escola Técnica Federal da Paraíba
Av. 1º de Maio, 720 – Jaguaribe
João Pessoa-PB - CEP.: 58015-430
Fone: (083) 241-2200
Fax: (083) 221-1434
e-mail: dae@jpa.etfpb.br

Roberto Nelson Nunes Reis

Fundação Nacional de Saúde
Professor Geraldo Von Shosten, 285 – Jaguaribe
João Pessoa-PB
Fone: (083) 2414243

Resumo

A partir da capacitação de recursos humanos, este trabalho propõe uma contribuição ao gerenciamento de resíduos, apresentando, de maneira informativa e educativa, condições para que Estabelecimentos de Saúde do Estado da Paraíba, em diferentes níveis de complexidade e esfera de atuação, possam implantar ou otimizar o seu gerenciamento de resíduos sólidos.

Apresentação

Segundo MOREL(1978), “Resíduo de serviço de saúde é todo aquele gerado por prestadores de assistência médica-odontológica, laboratorial, farmacêutica, instituições de ensino e pesquisa médica, relacionados à população humana, bem como veterinário, possuindo potencial de risco, em função da presença de materiais biológicos capazes de causar infecção, produtos químicos perigosos, objetos perfuro-cortantes efetiva ou potencialmente contaminados, e mesmo rejeitos radioativos, necessitando de cuidados específicos de acondicionamento, transporte, armazenagem, coleta e tratamento”.

Dos resíduos produzidos nas atividades cotidianas dos serviços de saúde, uma fração de 10 a 15%, pelo caráter especial e/ou infectante, contribuem com um maior risco e transtorno à saúde pública e ao meio ambiente.

O CONAMA – CONSELHO NACIONAL do MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições previstas em lei, resolve, com a Resolução n.º 5, de 05 de agosto de 1993, definir procedimentos mínimos para o gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos de serviços de saúde, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade de vida da população e do meio ambiente, ratificando que as ações preventivas são menos onerosas e mais eficazes para alcançar esses objetivos. Para os efeitos da Resolução, o Art. 4º determina que caberá aos estabelecimentos de serviços de saúde, em operação ou a serem implantados, o gerenciamento de seus resíduos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e que o Plano de Gerenciamento elaborado, atendendo às normas aplicáveis da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de NORMAS TÉCNICAS – ABNT e demais disposições legais vigentes. É documento integrante do processo de licenciamento ambiental, devendo ser submetido à aprovação pelos órgãos de meio ambiente e de saúde, dentro de suas respectivas esferas de competência, de acordo com a legislação vigente.

O presente trabalho trata da formação de recursos humanos para o gerenciamento de RSSS no âmbito dos serviços de saúde do Estado da Paraíba, contemplando aspectos referentes a geração, segregação, acondicionamentos, coletas, armazenamentos, transportes, tratamento e

disposição final, embasado na educação ambiental para a conscientização da importância da preservação do meio ambiente e a saúde da população.

Antecedentes

Considerando a situação de resíduos sólidos de serviços de saúde (RSSS), pesquisa divulgada pelo IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(1991), são produzidas 2390 toneladas de RSSS diariamente, das quais, 434,50 toneladas são resíduos infectantes e especiais; apenas 49,11% dos municípios brasileiros possuem coleta diferenciada; do total coletado, 73,37% são lançados a céu aberto, tornando-se focos de vetores biológicos, poluindo o solo, as águas e o ar; 12,21%, queimados sem cuidados especiais, 10,39% são lançados em aterros, 2,40% incinerados, 0,89% sem informações da qualidade e adequação do método empregado. Apenas 0,74% restantes são dispostos adequadamente em aterros de resíduos especiais.

Na Paraíba, as discussões relativas à problemática dos resíduos de serviços de saúde tornaram-se mais incisivas, com perspectiva de busca de solução, em 1993, por iniciativa do CRM-PB – Conselho Regional de Medicina – Paraíba, contando com a presença de órgãos ligados ao meio ambiente, saúde, limpeza urbana e a ABES-PB – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Paraíba.

A urgência de solução apontava para medidas quanto à coleta e destinação. A esta época a EMLUR – Autarquia Municipal Especial de Limpeza Urbana iniciava, em João Pessoa, a coleta especial em condições de transporte e guarnição adequada. Para a disposição final optou-se por valas sépticas.

Com a oficialização da resolução CONAMA nº 5, a preocupação com o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde foi ampliada, em nível de responsabilidade, estendendo-se aos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, e, em nível de exigência, com a necessidade do Plano de Gerenciamento e um profissional responsável.

Em 1994, por iniciativa da ABES-PB, acontecia o “ Iº Simpósio Paraibano sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde”, no qual a experiência de profissionais de outros estados foi amplamente discutida, deixando subsídios para o início da aplicação da resolução CONAMA.

O assunto foi tema de discussão em outros seminários específicos, como também em eventos da Comissão Estadual de Infecção Hospitalar.

Quadro Demonstrativo dos 1.257

Estabelecimentos de Saúde do Estado da Paraíba

Com Internação = 224		Total de Leitos = 13.755	
Hospital	Unid. Mista	Públicos	Privados
201	23	3.650	10.105

Sem Internação = 1.051			
Posto de Saúde	Centro de Saúde	Ambulatório/Cl ínica	Comp. Diag. e Terapêutica
298	410	159	184

Fonte: Governo do Estado da Paraíba – Sec. do Planej.

Anuário Estatístico de 1995. Página 149

Introdução

A proposta do trabalho é contribuir, com uma metodologia de capacitação de recursos humanos em que os participantes possam trazer a problemática do seu estabelecimento de origem e propor um gerenciamento otimizado pelas normas e legislação específicas.

Propomos, portanto, condições para uma maior rapidez, por parte dos estabelecimentos de saúde, em assumirem a sua responsabilidade de reais produtores de resíduos poluentes, como também o aprimoramento constante de todas as etapas do gerenciamento destes resíduos.

Objetivo Geral

Capacitar profissionais para o Gerenciamento de RSSS, cumprindo as determinações da

Objetivos Específicos

Proporcionar a aprendizagem teórico-prática em situações reais de gerenciamento,

Formar agentes multiplicadores que possam trabalhar no gerenciamento de resíduos de forma integrada com as Comissões de Segurança do Trabalho e de Controle de Infecção Hospitalar,

Favorecer aos participantes o aprimoramento constante de todas as etapas do gerenciamento desde a geração ao destino final.

Para embasamento teórico são abordados assuntos referentes à *conceituação dos serviços de saúde e dos resíduos gerados, a epidemiologia do lixo, a classificação, taxa de geração, a legislação e as etapas de um plano de gerenciamento de acordo com normas e legislação vigente.*

O aluno tem acesso a material audiovisual específico, papers e outros materiais especialmente elaborados; à legislação, às normas da ABNT, a um plano modelo de gerenciamento, e a visitas técnicas a estabelecimentos com gerenciamento de resíduos sólidos considerados padrão.

Viabilização

A Proposta de Formação de Recursos Humanos para o Gerenciamento de RSSS foi aceita e incluída no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento do SINE – Sistema Nacional de Emprego do Ministério do Trabalho, em 96 e 97, capacitando, através do Convênio Escola Técnica Federal da Paraíba / SETRAS-SINE/PB, 02 (duas) turmas de 25 (vinte e cinco) alunos e a elaboração de 08 (oito) Propostas de Plano em cada programação anual.

Estrutura do Curso

Nivelamento (10 horas)

Tratando-se de um curso aberto à comunidade, despertando o interesse de profissionais das mais diversas formações, a partir de um Questionário de Sondagem, com questões básicas relativas à interligação Meio Ambiente/Saúde/Resíduos Sólidos, é verificado o nível de conhecimento dos pretendentes.

Através de uma abordagem teórica, utilizando-se material audiovisual, textos e relatos de experiências, é feito um nivelamento enfocando a problemática social e ambiental dos Resíduos Sólidos, situando a clientela no contexto dos RSSS.

Pesquisa Participativa (10 horas)

Para o conhecimento e diagnóstico da situação do Estabelecimento de Saúde, objeto de gerenciamento, é entregue ao participante um questionário com 172 (cento e setenta e duas) perguntas, previamente elaboradas para informações gerais do estabelecimento, como *competência, especialidades, quadro funcional, horário de funcionamento* e para dados referentes ao gerenciamento, como *fontes geradoras, profissionais responsáveis, EPI's, geração, segregação acondicionamento por classe de resíduos, manuseio, coleta interna, transporte interno (carro de coleta), sala de resíduos, procedimento dos profissionais, tratamento e destinação dos resíduos na unidade geradora, armazenamento externo, acesso, identificação, área de limpeza e higienização, guarnição responsável pela coleta externa, exames médicos de prevenção, transporte externo comum ou diferenciado, tratamento e destinação final dos resíduos.* Este questionário orienta o levantamento das condições existentes. Acompanhados pelo responsável técnico da CCIH – Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, através de pesquisa participativa com os profissionais de saúde, da administração e limpeza, são fornecidos os subsídios suficientes para o diagnóstico da situação atual.

Plano de Gerenciamento (30 horas)

Para elaboração do Plano são selecionados estabelecimentos com diferentes níveis de complexidade e esfera de competência, que mostram, por parte de seus dirigentes, disposição e compromisso com o trabalho proposto.

São formadas equipes de quatro a seis elementos, e na presença do professor orientador são mantidos os primeiros contatos com o diretor, proprietário ou técnico responsável pelo serviço de saúde e explanados os objetivos do curso com o convite à parceria.

O trabalho é acompanhado pelo professor orientador, desde os primeiros contatos até as propostas de gerenciamento, cumprindo todas as etapas desde a geração a destinação final, de acordo com normas da ABNT. No final do curso, os planos de gerenciamento elaborados, corrigidos e encadernados são entregues em cerimônia realizada pelo SINE-PB/ETFPB aos responsáveis ou representantes dos estabelecimentos de saúde trabalhados.

Quadro - Estabelecimentos de Saúde que Participaram da Prática de Elaboração do

Estabelecimento	Esfera de Comp.	Especialidades
H. N. Lacerda	Privada	Cirurgia Ortopédica
H. São Luis	Privada	C. Médica de Pneumologia
AMIP - Assist. Méd. Inf. da Pb.	Privada	C. Méd. Infantil
C. Veterinária "Olho do Dono"	Privada	Assist. Veterinária em Geral
Lab. de Análises Médicas - Adolpho Lutz	Privada	Análises Médicas
Comp. Médico-odont. da ETFPB	Federal	Amb. Méd. e Odont.
Hemocentro - PB	Estadual	Coleta e Controle da Doação de Sangue- PB
Instituto Cândida Vargas	Municipal	Maternidade Obs. Gineco.

OBS.: No Curso iniciado em 97, os planos de Gerenciamento estão em fase de conclusão.

Plano de Gerenciamento em 1996 Conclusão

Consideramos a Proposta de Capacitação de Recursos Humanos para o Gerenciamento de RSSS como uma forma de contribuir, dentro do próprio estabelecimento gerador, com o processo de conscientização da responsabilidade de produtores de resíduos poluentes.

Reconhecemos, no entanto, que para a efetiva aplicação das determinações da Resolução n.º 5 do CONAMA é necessário o compromisso e a atenção da administração dos estabelecimentos e o envolvimento de todo o corpo funcional, para que as orientações contidas no Plano de Otimização do Gerenciamento proposto sejam de fato levadas a cabo.

Os órgãos do Meio Ambiente e Saúde, como autoridades legais fiscalizadoras do processo, têm papel determinante para o cumprimento da legislação.

Referências Bibliográficas

- ABES INFORMA (Suplemento da Revista BIO) rio de Janeiro: ABES, v.2, n.4, p.4. abril 1993
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004 Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - Classificação
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12807 Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde. São Paulo, 1993
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12808 Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde. São Paulo, 1993
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12809 Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde. São Paulo, 1993
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12810 Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde. São Paulo, 1993
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9190 Sacos Plásticos

- para o Acondicionamento de Lixo – Classificação. São Paulo, 1994
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9191 Sacos Plásticos para o Acondicionamento de Lixo – Especificação.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9195 Sacos Plásticos para o Acondicionamento de Lixo – Determinação da resistência a queda livre.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7500 Símbolos de Risco e Manuseio para o Transporte e Armazenamento de Materiais – Simbologia.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13055 Sacos Plásticos para o Acondicionamento de Lixo – Determinação de Capacidade Volumétrica.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13056 Filmes Plásticos para Sacos para Acondicionamento de Lixo.
- BERTUSSI FILHO, Luiz Antônio. Curso de Resíduos de Serviços de Saúde. Curitiba: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1994. 61p.
- BEZERRA, Valéria Peixoto. Gerenciamento dos Resíduos Sólidos produzidos por Serviços de um Hospital – Escola – Ações Educativas, João Pessoa: UFPB, 1995. 197p.
- CENTRO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Subsídios para Organização de Sistemas de Resíduos em Serviços de Saúde. São Paulo, 1989. 27p.
- COELHO, Luiz F. de Oliveira et. al. Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde na ETEPB. João Pessoa: ETEPB, 1995.
- COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR. Resolução CNEN – NE 6.0.5. Gerência de rejeitos radioativos em instalações radioativas. Diário oficial, Brasília, 17 dez 1985. p. 15132. Seção I
- COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Manual da CETESB para operação de Resíduos Sólidos, Disposição em valas.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA – Resolução nº 5, de 05 de agosto de 1993. Diário oficial, Brasília, 31 ago 1993. Seção I
- MOREL, Maria Márcia Orsi. Classificação dos Resíduos Hospitalares. São Paulo, 1978. 91p.
- REVISTA BIO BRASIL, um país de saneamento falido. Rio de Janeiro: ABES, u. 5, n.1, p. 4-7, jan/fev. 1993
- INSTRUÇÃO NORMATIVA QUE DISPÕES SOBRE OS RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – Resolução Conjunta SS/SMA-I, de 02-05-96 – São Paulo/SP – 6p.
- SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA – SSAP, COORDENADORIA DE PROMOÇÃO A SAÚDE – CPS, SUBCOORDENADORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – SUVISA GRUPO AUXILIAR DE SAÚDE AMBIENTAL – RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS – NORMA TÉCNICA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – 4p.